



DESAFIOS DA MATERNIDADE FRENTE AS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR

Carina Scanoni Maia¹
José Reginaldo Alves de Queiroz Júnior²
Gyl Everson de Souza Maciel³

RESUMO

Dentre as ocupações femininas que requer dedicação não apenas no local de trabalho, mas também em casa, destaca-se a área da docência no ensino superior. Não obstante as tarefas de ensino que a docente universitária assume, ela ainda precisa lidar com as exigências de produção acadêmica representada principalmente pela pesquisa e extensão. Em consequência das variadas atribuições e prioridades, a escolha da maternidade se configura como um momento difícil e cercado de dúvidas, fazendo com que se constitua cada vez mais em uma prática social que precisa ser repensada.

Palavras-chave: Maternidade, Pesquisa, Extensão, Ensino superior.

INTRODUÇÃO

O papel da mulher e da mãe, por muito tempo na sociedade, esteve ligado a categorias secundárias de pertencimentos e lugares. Esta posição pode ser percebida por meio dos discursos políticos e/ou religiosos que a colocavam em um lugar de submissão em que sempre devia obediência ao marido e tinha um lugar subalterno no quadro familiar (EMÍDIO; HASHIMOTO, 2008). No entanto, com as crescentes opções de controle da fertilidade, uma maior importância para o desenvolvimento de sua escolaridade e expansão no mercado de trabalho, as mulheres contemporâneas estão escolhendo o momento mais oportuno de engravidar, resultando no máximo adiamento desta última (OLIVEIRA, et. Al, 2013).

Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, 54,6% das mulheres estavam trabalhando ou à procura de trabalho, fato que tem sido atribuído principalmente à crescente qualificação profissional e ao interesse em conseguir independência econômica (MADALOZZO; MARTINS; SHIRATORI, 2010). Porém, segundo Oliveira et. al. (2013) a idade materna é um fator externo à gestação, portanto, implica no desenvolvimento do feto. O ambiente intrauterino

¹ Professora Adjunto da Universidade Federal de pernambuco - UFPE, carina.scanoni@gmail.com

² Graduando do curso médico da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, reginaldoqueirozjr3@gmail.com

³Doutorando em Ciência Animal Tropical Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, gyl_everson@hotmail.com



da idade reprodutiva oferece fatores de riscos significativos ao bebê, como vários tipos de anomalias cromossômicas.

Conforme Darzé (2013), o ideal seria uma gestação até os 35 anos, já que com o passar dos anos a fertilidade diminui e os riscos para a mãe e bebê aumentam. Somado a tais fatores, o desenvolvimento do feto, gerado em idades tardias, também pode sofrer prejuízos em consequência de doenças prévias, como a hipertensão e a diabetes; além das doenças específicas da gestação, como diabetes e hipertensão gestacional, e o próprio abortamento. Segundo Sousa et al (2011), mesmo apresentando melhores condições sociais e em raros casos, conseguir conciliar trabalho e maternidade, houve uma redução no tempo pessoal e na prática do lazer em função da construção da carreira profissional e cuidado com os filhos.

Das ocupações femininas que causam desgaste e requer dedicação não apenas no local de trabalho, mas também em casa, destaca-se a área da docência no ensino superior. Tal fato requer muito mais que sala de aula e correções de provas, é preciso pesquisar e se atualizar constantemente. Sendo assim, ser professora pesquisadora requer tempo de investimento temporal (graduação e pós-graduações) antes e depois de adentrar nas universidades (atividades de produção acadêmica) sem poder deixar para trás, as questões familiares.

Segundo dados da base do Currículo Lattes de 2013, o percentual de mulheres com doutorado era de 46,8%. Outros dados publicados pela CNPq apontam que houve um aumento de 37% de mulheres bolsistas no doutorado nos últimos cinco anos, chegando a igualar-se à participação masculina (GROSSI, et. Al, 2016). No entanto, a sociedade contemporânea, além de definir a maternidade como um evento importante na vida de toda a mulher, faz com que os diversos papéis por ela assumidos – mãe, mulher e profissional – resulte em um verdadeiro acúmulo de tarefas que exige uma elasticidade nunca antes sequer imaginada (MERIGHI, et. Al, 2011; QUEDNAU, 2007).

Ademais, a especificidade do ensino teórico-prático que a docência universitária exige, requer esforço multidimensional por parte da professora, fazendo com que esta seja uma aglutinadora de conhecimentos, o que requer a busca constante por atualização na sua área de atuação, e se estes fatores forem somados à maternidade, podem-se desencadear diversos problemas de saúde à mãe/docente, tais como cansaço mental, exaustão emocional, problemas físicos de saúde, entre outros (MERIGHI, et. Al, 2011; QUEDNAU, 2007).

Não obstante as tarefas de ensino que a docente universitária assume, ela ainda tem que lidar com exigências de produção científica, participação e apresentação de trabalhos em eventos, projetos de extensão, orientações de trabalho de conclusão de curso, além das



exigências dos programas de pós-graduação para o incremento da produtividade docente, expressa por publicação de artigos em revistas qualificadas por Coordenadorias de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, entre outras atividades. Nessa situação, a escolha da maternidade se configura como um momento difícil e cercado de dúvidas e questionamentos, fazendo com que a maternidade se constitua cada vez mais em uma prática social que precisa ser repensada (MERIGHI, et. al, 2011).

Em virtude da escassez literária sobre a maternidade no contexto da docência-pesquisa, o presente trabalho teve como objetivo geral, conhecer o perfil de docentes do Ensino superior, dentro do atual contexto social-cultural-profissional frente ao desejo ou não, de gerar e cuidar de filhos.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido foi do tipo transversal, descritivo, de cunho quantitativo, durante o período de setembro de 2018 a agosto de 2019, através da apresentação breve da pesquisa e aplicação de questionários. Para tanto, as referidas ações foram realizadas em 02 (duas) universidades federais situadas nos estados de Pernambuco (UFPE), Paraíba (UFCG), nos municípios de Recife-PE (08° 03' 14" S; 34° 52' 52" W) e Campina Grande-PB (07° 13' 50" S; 35° 52' 52" W), respectivamente. A população foi composta por docentes do sexo feminino e para participar, as mesmas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – APÊNDICE 1). Importante ressaltar que as participantes da pesquisa tiveram assegurados o anonimato e sigilo das informações fornecidas.

Após uma breve apresentação individual do projeto para cada docente, foram entregues questionários sem necessidade de identificação, porém, estruturados, previamente testados e aperfeiçoados, que exploraram diversas variáveis dentro de dois seguimentos: Atividades acadêmicas e questões relacionadas aos aspectos reprodutivos e familiares.

Os dados foram documentados em planilha Excel de forma descritiva.

É importante informar que antes da execução do projeto, o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Plataforma Brasil que ainda está em análise, observando as normas estabelecidas pela resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, que descreve a pesquisa envolvendo Seres Humanos.

REFERENCIAL TEÓRICO



A partir de 1950, vários países, norteados pelos ideais da Teoria Neomalthusiana, começaram a refletir sobre alguns conceitos, como controle de natalidade, controle populacional, planejamento familiar, saúde da mulher, direitos reprodutivos, saúde sexual, entre outros. Nesse contexto, diversos países adotaram políticas de controle de natalidade, implementando programas verticais de planejamento familiar, os quais objetivavam solucionar o dilema apresentado pela referida teoria (CORREA; ALVES; JANNUZZI, 2006).

A partir de 1970 o Brasil começou a apresentar um declínio na taxa de fecundidade. Este fato foi resultante do aparecimento de métodos contraceptivos cada vez mais avançados e práticos somado ao ofício que a mulher passou a desempenhar fora do domicílio quando ingressou no mercado de trabalho (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, 54,6% das mulheres estavam trabalhando ou à procura de trabalho, fato que tem sido atribuído principalmente à crescente qualificação profissional e ao interesse em conseguir independência econômica (MADALOZZO, et. al., 2010). Porém, segundo Oliveira et. al. (2013) a idade materna é um fator externo à gestação, portanto, implica no desenvolvimento do feto. O ambiente intrauterino da idade reprodutiva oferece fatores de riscos significativos ao bebê, como vários tipos de anomalias cromossômicas.

Conforme Darzé (2013), o ideal seria uma gestação até os 35 anos, já que com o passar dos anos a fertilidade diminui e os riscos para a mãe e bebê aumentam. Somado a tais fatores, o desenvolvimento do feto, gerado em idades tardias, também pode sofrer prejuízos em consequência de doenças prévias, como a hipertensão e a diabetes; além das doenças específicas da gestação, como diabetes e hipertensão gestacional, e o próprio abortamento. Segundo Sousa et al (2011), mesmo apresentando melhores condições sociais e em raros casos, conseguir conciliar trabalho e maternidade, houve uma redução no tempo pessoal e na prática do lazer em função da construção da carreira profissional e cuidado com os filhos.

Das ocupações femininas que causam desgaste e requer dedicação não apenas no local de trabalho, mas também em casa, destaca-se a área da docência no ensino superior. Tal fato requer muito mais que sala de aula e correções de provas, é preciso pesquisar e se atualizar constantemente. Sendo assim, ser professora pesquisadora requer tempo de investimento temporal (graduação e pós-graduações) antes e depois de adentrar nas universidades (atividades de produção acadêmica) sem poder deixar para trás, as questões familiares.

Segundo dados da base do Currículo Lattes de 2013, o percentual de mulheres com doutorado era de 46,8%. Outros dados publicados pela CNPq apontam que houve um aumento de 37% de mulheres bolsistas no doutorado nos últimos cinco anos, chegando a igualar-se à



participação masculina (GROSSI, et. al., 2016). No entanto, a sociedade contemporânea, além de definir a maternidade como um evento importante na vida de toda a mulher, faz com que os diversos papéis por ela assumidos – mãe, mulher e profissional – resulte em um verdadeiro acúmulo de tarefas que exige uma elasticidade nunca antes sequer imaginada (MERIGHI et. al., 2011; QUEDNAU, 2007).

Ademais, a especificidade do ensino teórico-prático que a docência universitária exige, requer esforço multidimensional por parte da professora, fazendo com que esta seja uma aglutinadora de conhecimentos, o que requer a busca constante por atualização na sua área de atuação, e se estes fatores forem somados à maternidade, podem-se desencadear diversos problemas de saúde à mãe/docente, tais como cansaço mental, exaustão emocional, problemas físicos de saúde, entre outros (MERIGHI et. al., 2011; QUEDNAU, 2007).

Não obstante as tarefas de ensino que a docente universitária assume, ela ainda tem que lidar com exigências de produção científica, participação e apresentação de trabalhos em eventos, projetos de extensão, orientações de trabalho de conclusão de curso, além das exigências dos programas de pós-graduação para o incremento da produtividade docente, expressa por publicação de artigos em revistas qualificadas por Coordenadorias de Aperfeiçoamento de Ensino Superior, entre outras atividades. Nessa situação, a escolha da maternidade se configura como um momento difícil e cercado de dúvidas e questionamentos, fazendo com que a maternidade se constitua cada vez mais em uma prática social que precisa ser repensada (MERIGHI et. al., 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 40 docentes entrevistadas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apenas nove se recusaram a responder o questionário alegando falta de disponibilidade, 49% declararam ter filhos, e 51% que declararam não ter.

As docentes que já tiveram filhos tinham idades entre 30 e 70 anos, das quais 87% possuíam regime de trabalho do tipo Dedicção Exclusiva, com 40 horas semanais (T40-DE) na instituição e 13% possuíam o mesmo regime de 40 horas (Fig. 1), porém sem Dedicção Exclusiva (T40). De acordo com elas, 67% relataram trabalhar entre 8 a 10 horas de aula por semana, 20% afirmaram ministrar mais de 16 horas e 13% mais de 12 a 14 horas de aula. Já as docentes que não tinham filhos possuíam idade entre 28 e 67 anos, das quais 75% eram T-40-DE, 12,5% possuíam regime de T-40 e 12,5% possuíam regime de T-20. De acordo com o



resultado do questionário 63% afirmaram ministrar entre 8 a 10 horas aula por semana, 31% de 12 a 14 horas/aula e 6% mais de 16 horas por semana.

Em relação ao total de professoras com filhos (51%), 33% estavam envolvidas na orientação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e TCC, além disso, também ensinavam em programas de pós-graduação; 67% estavam envolvidas apenas em projetos de pesquisa e TCC, e em programas de pós-graduação (Figura 1).

De acordo com as docentes, 51% afirmaram receber auxílio financeiro para desenvolver seus projetos e 49% afirmaram não receber nenhum auxílio. Entre as docentes que já tiveram filhos, 13% publicavam em média três ou mais artigos no período de um ano, 40% publicavam em média dois artigos e 47% afirmaram publicar apenas um artigo no mesmo período. Já entre as docentes que não tiveram filhos, 19% publicavam três ou mais artigos no período de um ano, 37% dois artigos e 44% publicavam apenas um artigo no mesmo período (Figura 1).

Em relação ao número de docentes que tinham filhos, 47% afirmaram exercer algum cargo administrativo e 53% afirmaram não exercer nenhum. Já as docentes que não tinham filhos, 50% exerciam algum cargo administrativo e 50% não exerciam nenhum cargo administrativo.

De acordo com as professoras entrevistadas, 99% das que tinham filhos afirmaram sempre levar trabalho para casa e 1% afirma que apenas às vezes; questionadas sobre trabalho no fim de semana 73% afirmaram que trabalham no fim de semana e 27% que às vezes. Já as docentes que não tem filhos 81% afirmaram sempre levar trabalho para casa, 12,5% afirmaram levar às vezes e 6,5% afirmaram não levar trabalhos para casa; e quando questionadas sobre o trabalho nos fins de semana, 81% afirmaram que sempre levam trabalho para casa, 13% que às vezes e 6% afirmaram que não trabalham no fim de semana (Figura 1).

De acordo com as docentes que tiveram filhos, 100% declararam ter algum filho ainda morando com elas; 33% afirmaram ter tido três ou mais filhos, 47% afirmaram ter tido dois filhos e 20% ter tido apenas um filho. O filho mais novo tinha um ano e oito meses e o mais velho tinha quarenta anos de idade. 60% afirmaram conseguir passar de 2 a 3 horas com os filhos e 40% passam de 4 a 6 horas. Quando questionadas sobre a ajuda que tiveram durante a criação dos filhos, 74% afirmaram ter tido ajuda, 13% afirmaram ter tido ajuda às vezes e 13% afirmaram não ter tido ajuda. 60% afirmaram sentir razoável dificuldade para exercer a maternidade e dar conta das atividades acadêmicas e 40% afirmaram sentir muita dificuldade. Quando questionadas sobre como classificariam sua presença como mãe na vida dos filhos,



67% admitiram ser razoavelmente presentes, 27% afirmaram ser bastante presentes e 6% afirmaram ser pouco presentes.

De acordo com as docentes que não tiveram filhos, 44% afirmaram não ter nenhuma vontade de ter filhos e 56% afirmaram ter vontade de ter um ou mais filhos. Quando questionadas sobre os motivos de não ter tido filhos, 31% afirmaram ser por causa do trabalho, 37,5% afirmaram que não tiveram vontade, 12,5% afirmaram ter problemas de saúde e 19% não admitiram o motivo.

No segundo momento do questionário, o tipo de abordagem foram às questões ligadas a saúde. Entre as docentes que já tiveram filhos, 40% afirmaram não praticar atividade física, 20% diziam praticar exercícios às vezes e 40% afirmaram praticar atividades físicas; 47% afirmaram que conseguiam se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas, 27% afirmaram que às vezes conseguiam e 26% não conseguiam se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas. Entre as docentes que não tiveram filhos, 49% afirmaram não praticar atividades físicas, 12,5% afirmaram praticar às vezes, e 38,5% afirmaram praticar alguma atividade física; 50% afirmaram conseguir se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas, 37,5% afirmaram que às vezes se alimentam de forma saudável e na hora certa e 12,5% admitiram não se alimentar de forma saudável e na hora certa.

Em relação ao número de docentes que já tiveram filhos, 88% afirmaram fazer exames anualmente, 6% afirmaram que faziam apenas quando o médico solicita e 6% afirmaram que não faziam. Quando questionadas sobre o exame preventivo, 80% afirmaram que faziam anualmente e 20% apenas quando o médico solicita. De acordo com elas, 47% classificaram como pouca a disponibilidade de cuidar de si mesma, 33% classificaram com razoável e 20% como muito boa.

Em relação ao número de docentes que não tiveram filhos, 81% afirmaram fazer exames anualmente, 6% afirmaram não fazer exames e 13% afirmaram fazer apenas quando médico solicita. Quando questionadas sobre se faziam o preventivo anualmente, 81% afirmaram que sim, 13% afirmaram não fazer e 6% apenas quando médico solicita.

Das 37 entrevistadas na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) 86,4% declararam ter filhos, e 13,6% que declararam não ter.

As docentes que já tiverem filhos tinham idades entre 32 e 64 anos, das quais 59% possuíam regime de trabalho do tipo Dedicção Exclusiva, com 40 horas semanais (T40-DE) na instituição (Fig. 2), 31% possuíam o mesmo regime de 40 horas, porém sem Dedicção Exclusiva (T40) e 10% tinham regime de T-20. De acordo com elas, 15,6% relataram trabalhar



entre 8 a 10 horas de aula por semana, 6,2% mais de 16 horas e 78,2% de 12 a 14 horas de aula. Já as docentes que não tinham filhos possuíam idade entre 35 e 61 anos, das quais todas eram T-40-DE. De acordo com o resultado do questionário todas ministravam de 12 a 14 horas de aula por semana.

Em relação ao total de professoras com filhos (86,4%), 37,5% estavam envolvidas na orientação e desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e TCC, além disso, também ensinavam em programas de pós-graduação; 62,5% estavam envolvidas apenas em projetos de pesquisa e TCC, e em programas de pós-graduação.

De acordo com as docentes, 83,8% afirmaram receber auxílio financeiro para desenvolver seus projetos e 16,2% afirmaram não receber nenhum auxílio. Entre as docentes que já tiveram filhos, 18,7% publicavam em média três ou mais artigos no período de um ano, 65,6% publicavam em média dois artigos e 15,7% afirmaram publicar apenas um artigo no mesmo período. Já entre as docentes que não tiveram filhos, todas publicavam dois artigos no período de um ano.

Em relação ao número de docentes que tinham filhos, 31,25% afirmaram exercer algum cargo administrativo e 68,75% afirmaram não exercer nenhum. Já as docentes que não tinham filhos, todas não exerciam nenhum cargo administrativo.

De acordo com as professoras entrevistadas, 34% das que tinham filhos afirmaram sempre levar trabalho para casa, 63% afirmaram que apenas às vezes e 3% disseram que não levam trabalho para casa; questionadas sobre trabalho no fim de semana 6% afirmaram que trabalham no fim de semana, 78% afirmaram que às vezes e 16% afirmaram não trabalhar. Já as docentes que não tinham filhos 20% afirmaram sempre levar trabalho para casa e 80% afirmaram levar às vezes; e quando questionadas sobre o trabalho nos fins de semana, 80% afirmaram que às vezes e 20% afirmaram que não trabalham no fim de semana.

De acordo com as docentes que tiveram filhos, 71,8% declararam que tinham algum filho ainda morando com elas; 15% afirmaram ter tido três ou mais filhos, 50% afirmaram ter tido dois filhos e 35% tinham tido apenas um filho. O filho mais novo tinha três anos e o mais velho tinha quarenta anos de idade. 53% afirmaram conseguir passar de 2 a 3 horas com os filhos e 47% passar de 4 a 6 horas. Quando questionadas sobre a ajuda que tiveram durante a criação dos filhos, 87,5% afirmaram ter tido ajuda e 12,5% afirmaram não ter tido ajuda. 12,5% afirmaram que foi tranquilo exercer a maternidade e dar conta das atividades acadêmicas, 12,5% afirmaram sentir razoável dificuldade e 75% afirmaram sentir muita dificuldade. Quando questionadas sobre como classificariam sua presença como mãe na vida dos filhos, 72%



admitiram ser razoavelmente presentes, 12,5% afirmaram ser bastante presentes e 15,5% afirmaram ser pouco presentes.

De acordo com as docentes que não tiveram filhos, 40% afirmaram não ter nenhuma vontade de ter filhos, 40% afirmaram ter vontade de ter um ou mais filhos 20% ainda não se decidiram. Quando questionadas sobre os motivos de não ter tido filhos, 20% afirmaram ser por causa do trabalho, 20% afirmaram que não tiveram vontade e 60% afirmaram ter problemas de saúde.

No segundo momento do questionário, o tipo de abordagem foram questões ligadas à saúde. Entre as docentes que já tiveram filhos, 25% afirmaram não praticar atividade física e 75% afirmaram praticar atividades físicas; 44% que conseguiam se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas, 50% afirmaram que às vezes conseguiam e 6% afirmaram não conseguir se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas. Entre as docentes que não tiveram filhos, 3% afirmaram não praticar atividades físicas e 97% afirmaram praticar alguma atividade física; 40% afirmaram conseguir se alimentar de forma saudável e nas horas apropriadas e 60% afirmaram que às vezes se alimentam de forma saudável e na hora certa.

Em relação ao número de docentes que já tiveram filhos, 75% afirmaram fazer exames anualmente, 12,5% afirmaram que faziam apenas quando o médico solicita e 12,5% afirmaram que não faziam. Quando questionadas sobre o exame preventivo, 81% afirmaram que faziam anualmente, 13% afirmaram não fazer e 6% apenas quando o médico solicita. De acordo com elas, 41% classificaram como pouca a disponibilidade de cuidar de si mesma, 56% classificaram com razoável e 3% como muito boa.

Em relação ao número de docentes que não tiveram filhos, todas afirmaram fazer exames anualmente. Quando questionadas sobre se faziam o preventivo anualmente, todas afirmaram que sim.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de ferramentas digitais nas escolas de ensino médio, pode ser mais um aliado para os professores visando otimizar a orientação sexual de adolescentes. Os resultados parciais indicaram um satisfatório conhecimento sobre métodos contraceptivos, sendo o uso de camisinha e contraceptivos orais como os mais utilizados por adolescentes.

REFERÊNCIAS

1. EMÍDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**, n. 5, v. 2, p. 27-36, 2008.
2. OLIVEIRA, D. R.; ROCHA, D. S.; COLISSI, J. C.; SIFUENTES, M. A mulher contemporânea e a maternidade tardia. **Anais da VI Mostra Científica do CESUCA**, n. 1, v. 7, p. 1-12, 2013.
3. MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Revista Estudo Feminina**, n. 18, v. 2, p.547-566, 2010.
4. SOUZA, I. F.; TEIXEIRA, K. M. D.; LORETO, M. D. S.; BARTOLOMEU, T. A. Não tem jeito de eu acordar e dizer: hoje eu não vou ser mãe! Trabalhos, maternidade e redes de apoio. **In revista brasileira de economia doméstica**, n. 22, v. 1, p. 46-63, 2011.
5. GROSSI, M. G. R.; BORJA S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Revista Estudos Feminina**, n. 24, v. 1, p. 11-30, 2016.
6. MERIGHI, M. A. B.; JESUS, M. C. P.; DOMINGOS, S. R. F.; OLIVEIRA, D. M.; BAPTISTA, P. C. P. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a ciência sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 19, v. 1, [8 telas], 2011.
7. QUEDNAU, Fernanda Sutoff. O conflito entre a maternidade e o trabalho na mulher pós-moderna. 2007. Trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Psicólogo da Faculdade de Ciências da Saúde.
8. MERIGHI, M. A. B.; JESUS, M. C. P.; DOMINGOS, S. R. F.; OLIVEIRA, D. M.; BAPTISTA, P. C. P. Ser docente de enfermagem, mulher e mãe: desvelando a ciência



sob a luz da fenomenologia social. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, n. 19, v. 1, [8 telas], 2011.